

Infraestrutura elétrica e responsabilidade com o Distrito Federal



» FREDERICO CANDIAN
Diretor-presidente da
Neoenergia Brasília

Garantir energia estável e contínua é uma obrigação essencial em qualquer região do Brasil. No Distrito Federal, centro do poder do país, essa responsabilidade ganha ainda mais relevância diante da expansão urbana, do crescimento das áreas rurais e da complexidade de operar uma rede diversa.

Grande parte da infraestrutura elétrica do DF foi instalada nas primeiras décadas da cidade. Com o aumento do consumo e a expansão urbana e agroindustrial, tornou-se necessário reforçar a estrutura, modernizar ativos e ampliar a capacidade da rede de distribuição.

A atualização da rede não é apenas uma questão técnica: é um fator central para o desenvolvimento econômico e social da capital. Desde que a Neoenergia assumiu a concessão, em 2021, mais de R\$ 1,4 bilhão foram investidos em ampliação da infraestrutura, modernização de equipamentos, automação da rede e manutenção preventiva. O resultado é visível na redução do tempo médio de interrupção para os clientes. A média de tempo sem energia reduziu 36%.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade

Consumidora) posiciona o DF entre as primeiras distribuidoras de energia com o restabelecimento mais rápido do país, que atendem mais de 1 milhão de clientes. Hoje, o tempo médio de interrupção é 40% inferior à média nacional, e 97% dos consumidores tiveram melhora na qualidade do fornecimento desde 2021.

Esses avanços são ainda mais relevantes diante de um cenário climático desafiador, com chuvas, ventos e tempestades cada vez mais intensos. Em regiões historicamente críticas, os resultados também se destacam: no PAD-Jardim, área rural com longas redes de energia, o tempo anual de interrupção caiu 35%; no Vale do Amanhecer, a redução foi de 52%; e em Sobradinho, a queda chegou a 63%, passando de 16,2 horas para 5,98 horas anuais.

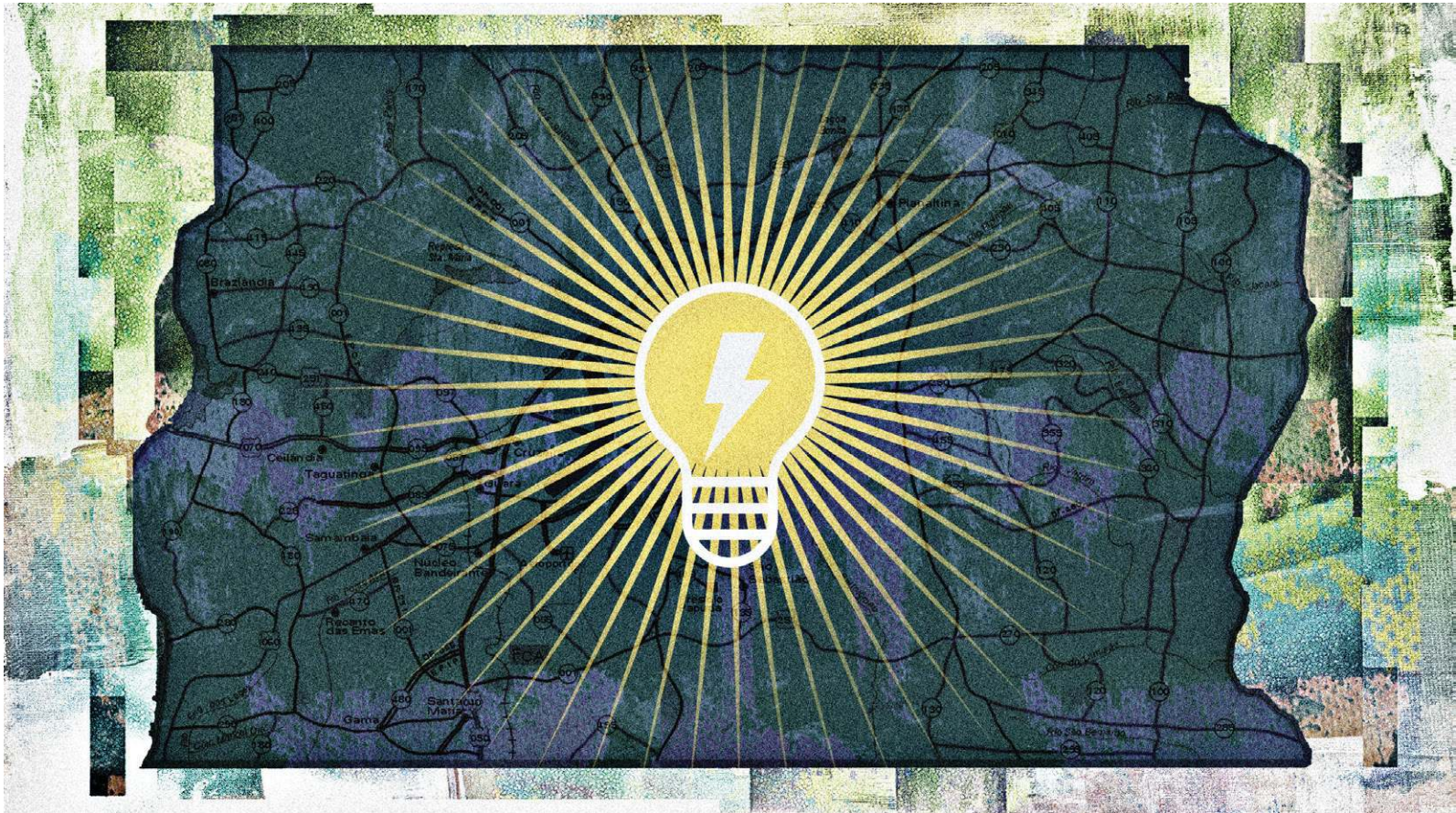
Esses resultados decorrem de ações estruturadas como substituição de equipamentos, instalação de religadores automáticos, reforço das equipes de campo e ampliação do monitoramento. No manejo da vegetação, mais de 160 mil podas foram realizadas em todo o DF, medida essencial para reduzir interferências na rede. A legislação atual estabelece responsabilidades sobre arborização, e a colaboração da população é fundamental para evitar plantios sob a rede e manter áreas privadas adequadamente podadas.

Interrupções podem ocorrer por diferentes fatores, como vegetação em contato com cabos, objetos lançados na rede, acidentes com postes e descargas atmosféricas. Em 2025, mais de 25 mil raios atingiram o DF, afetando temporariamente milhares de consumidores. A resposta a esses eventos exige planejamento, tecnologia e capacidade operacional.

O processo de modernização continua: estão previstos mais R\$ 1,2 bilhão em investimentos nos próximos cinco anos, com foco em expansão da capacidade, redes mais robustas, digitalização e aumento da resiliência do sistema elétrico.

A melhoria da qualidade do fornecimento é contínua e já trouxe benefícios diretos para os clientes. Em 2025, o desempenho da Neoenergia foi reconhecido nacionalmente pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) como o que mais evoluiu em qualidade entre todas as distribuidoras do país. Esse avanço significa menos interrupções, mais segurança e previsibilidade para famílias e empresas. Modernizar a infraestrutura elétrica garante energia confiável para o dia a dia, impulsionando o crescimento e o desenvolvimento sustentável da capital e seu entorno.

Outro projeto que se conecta à qualidade da energia é a regularização do acesso à energia elétrica regular para famílias de todo o DF. A iniciativa faz parte do programa Energia Cidadã, da Neoenergia Brasília, alinhado ao Energia Legal, criado pelo GDF para ampliar o acesso formal à eletricidade em áreas em processo de legalização. Desde 2021, mais de 50 mil famílias foram beneficiadas. A meta para os próximos três anos é alcançar 25 mil novas famílias, com investimento estimado em R\$ 30 milhões. Esse avanço garante acesso formal à eletricidade, reduz riscos de ligações clandestinas e promove inclusão social. Além de melhorar a segurança, a iniciativa fortalece pequenos negócios e valoriza comunidades, consolidando a energia como elemento essencial para o desenvolvimento urbano e rural do Distrito Federal.



Soberania científica se constrói com patentes, não sem elas



» RENATO PORTO
Presidente-executivo da
Interfarma (Associação da
Indústria Farmacêutica
de Pesquisa)

Nos últimos dias, o debate público sobre patentes voltou ao centro da discussão, dessa vez impulsionado pelas controvérsias envolvendo a polilaminina. Se, em um primeiro momento, o tema surgiu como denúncia de que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) teria perdido a patente internacional da molécula candidata a medicamento por falta de priorização e pagamento, declarações mais recentes da bióloga, pesquisadora e professora da UFRJ Tatiana Sampaio sugeriram que a não proteção intelectual teria como lado positivo evitar um “possível” prejuízo ao interesse do Brasil.

Essa visão parte de uma premissa equivocada sobre o funcionamento do sistema de proteção da inovação por meio dos direitos de propriedade intelectual. A patente é um instrumento jurídico criado justamente para proteger quem desenvolve uma inovação, seja uma universidade pública ou privada, seja um instituto de pesquisa ou uma empresa farmacêutica nacional ou multinacional. Ela garante ao titular um período determinado para explorar aquela criação e, durante esse tempo, ajustar parcerias, estruturar produção, atrair investimentos e cumprir as etapas regulatórias necessárias até que o produto chegue ao paciente.

Desenvolvimentos científicos, sobretudo em áreas tão complexas como a saúde, raramente se transformam sozinhos em medicamentos disponíveis no mercado. Entre a pesquisa básica e a aplicação clínica existe um percurso longo, custoso e altamente regulado. Ensaios clínicos, escalonamento produtivo, controles de qualidade e monitoramento de segurança exigem capital, infraestrutura e capacidade técnica que, na maioria das vezes, envolvem cooperação entre universidades, centros de pesquisa e empresas, antes que precisem agir em conjunto com foco em transportar a ciência da bancada do laboratório até todos os pacientes.

Foi exatamente esse modelo de cooperação que permitiu o desenvolvimento das vacinas contra a covid-19 em tempo recorde. Centros acadêmicos, governos e companhias farmacêuticas compartilharam conhecimento e organizaram direitos de propriedade intelectual para viabilizar investimento maciço e coordenação global. A ciência avançou porque houve integração, não isolamento.

Quando se afirma que registrar uma patente internacional significaria perder o controle nacional sobre uma tecnologia, desconsidera-se totalmente os fundamentos do próprio instrumento global de proteção. Os contratos de licenciamento definem uma série de aspectos, tais como o local de produção, as eventuais transferências de tecnologia, as cláusulas de acesso e repartição negociada de royalties. A proteção intelectual não elimina o interesse público ou privado, pelo contrário, ela cria as bases jurídicas para que eles sejam cooperativos e estruturados para o desenvolvimento científico e econômico.

Outro aspecto frequentemente ignorado é o impacto da insegurança jurídica. Países competem por investimentos em pesquisa clínica, desenvolvimento e produção de alta tecnologia. A previsibilidade das regras pesa diretamente nessas decisões. O Brasil hoje participa de uma parcela pequena dos estudos clínicos globais e está em processo de ampliação da sua inserção nesse cenário. O novo arcabouço jurídico, defendido pelo Ministério da Saúde do Brasil, beneficia o nosso país, sua grande variabilidade genética e diversas outras características do país são extremamente importantes para a atração de novos ensaios clínicos, passo tão relevante para quem estuda e desenvolve medicamentos.

Seguir protegendo a inovação por meio das patentes é fundamental para evitarmos acréscimo de insegurança que possa afetar o avanço da pesquisa clínica no Brasil e, consequentemente, o desenvolvimento econômico.

Soberania científica não dialoga com isolamento. Ela se constrói com inserção qualificada nas redes internacionais de pesquisa, com proteção adequada às invenções e com capacidade de negociar parcerias em condições equilibradas.

O debate é legítimo, e a ciência no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo merece reconhecimento e investimento. Mas é fundamental compreender que a proteção intelectual integra o próprio modelo que permite transformar descobertas promissoras em medicamentos acessíveis. Enfraquecer esse instrumento pode comprometer justamente aquilo que se pretende defender: o protagonismo do país e o acesso sustentável à inovação.



» ÁLVARO DAMIANO
Prefeito de Belo Horizonte

Votar, decidir, influir. Minas precisa ser respeitada, ouvida e atendida. Até as emas do Palácio da Alvorada e as capivaras da Lagoa da Pampulha sabem que em todas as eleições presidenciais pós-redemocratização só foram eleitos os candidatos que venceram em Minas Gerais. Este ano não será diferente.

Analistas, adivinhos, marqueteiros e alquimistas — além das velhas e novas raposas da política — ensaiam explicações, buscam respostas e não chegam a um consenso quanto a este fenômeno. Minas são muitas. Poucos a conseguem decifrar.

Entre um cafezinho e um pão de queijo, o mineiro dá um boi para não entrar numa briga, mas dá uma boiada para não sair dela. Os ideais de liberdade de um povo, vindos da Conjuração de Tiradentes, marcam a trajetória de uma gente que não se dispersa. As montanhas mineiras são como trincheiras para um estado que sempre esteve na linha de frente em todos os períodos marcantes da história do país.

Juscelino fez o Brasil desenvolver 50 anos em 5. Tancredo deu sua vida para devolver o país ao caminho da democracia. Itamar, patrocinando

um plano econômico que vigora até hoje, e José Alencar, dando equilíbrio e governabilidade, foram vozes de Minas que ocuparam muito bem os seus espaços.

Numa República, os interesses maiores de uma nação não podem ser negligenciados em função de interesses particulares desta ou daquela unidade federativa. Mas, na vida real, os consensos são construídos a partir de disputas, eles não acontecem ao sabor dos ventos ou pelo determinismo do destino.

Minas Gerais, com seus 853 municípios e uma área territorial menor apenas que a do Amazonas, Pará e Mato Grosso, conta com pouco mais de 30 municípios com mais de 100 mil habitantes. Cerca de 500 cidades tem menos de 10 mil moradores. BH e região metropolitana contam com cerca de 6 milhões de pessoas.

Desses números surgem dois grandes desafios que precisam ser enfrentados simultaneamente. A atenção especial às centenas de pequenos municípios, com seus problemas e suas vocações regionais e ações imediatas na capital mineira e no seu entorno com projetos estruturantes que pensem não apenas em fazer o que deveria ter sido feito no passado, mas realize desde já o que a cidade vai precisar nos próximos 20, 30 ou 50 anos.

Um Sistema Único de Mobilidade que integre ônibus, metrô, VLT não pode ser adiado. Isto demanda projetos, planejamento, recursos e vontade política. Demos um grande passo ao receber do DNIT a gestão do Anel Rodoviário, hoje uma grande avenida que corta a cidade. Viadutos

e passarelas darão segurança e fluidez ao trânsito, bem como o gargalo para a entrada na BR-381 é demanda muitas vezes anunciada e sempre adiada.

Saúde e educação são investimentos em vidas humanas. Defender o SUS com unhas e dentes não implica em desconhecer que o financiamento da saúde pública precisa sempre melhorado. De cada 1 real colocado no orçamento de BH para este ano, 31 centavos são destinados à saúde. Mas as demandas crescem sempre além das receitas. Na Educação a ampliação das parcerias com o governo federal são prioritárias. Neste quesito BH é uma referência para o Brasil no atendimento as crianças na rede pública municipal.

As referências citadas neste artigo são pequenos tópicos para ilustrar que o país precisa discutir projetos, e não debater preconceitos. O país precisa crescer e repartir. Uma nação de 220 milhões de habitantes não pode se conformar com muros separando os que têm tudo dos que nada têm.

Aqui, de meu lugar como prefeito, não ficarei omissos. Mas quem tem prazo não tem pressa. Não sou candidato a nada em outubro. Tenho minhas opções pessoais que não colocarei à frente dos interesses maiores de Minas e do Brasil.

Do ciclo do ouro ao níobio e às terras raras. Do minério de ferro ao melhor café do planeta. Das terras de Minas saem infinitas riquezas. Está na hora de Minas receber de volta o muito que já deu e continua dando para o país. A eleição de outubro é um novo passo. Que Minas seja contemplada com a importância que ela tem e que ela merece.

Oh, Minas Gerais! Quem te esquece não vence jamais